

Certificados de proficiência em língua inglesa podem ser uma barreira para pretos e pardos acessarem a pós-graduação no Brasil

English proficiency certification may prevent black students from pursuing a graduate program in Brazil

Los certificados de competencia en idioma inglés pueden ser una barrera para el acceso de negros y pardos a los estudios de posgrado en Brasil

Piatã Santana Marques^{I,II}

Marianne da Silva Bello^{III}

Lis Ingrid Roque Lopes Custódio^{IV}

Arildo de Souza Dias^V

Rodrigo Felipe Rodrigues do Carmo^{VI}

Bruno Eleres Soares^{VII}

RESUMO

A pós-graduação no Brasil é historicamente apontada como um espaço de conhecimento dominado por camadas sociais privilegiadas da população, majoritariamente brancas, mesmo após a implementação de políticas de ações afirmativas em nível nacional. O debate sobre diversidade e inclusão na educação superior continua urgente para reduzir desigualdades sociais e históricas, além de estabelecer práticas institucionais antirracistas. Nesta nota apontamos como a crescente exigência de certificados de proficiência em língua inglesa durante o processo seletivo dos programas de pós-graduação no Brasil pode reforçar o racismo estrutural na comunidade acadêmica. Baseados nessa crítica, propomos formas menos excludentes de avaliação do conhecimento em língua inglesa durante o processo seletivo dos programas de pós-graduação.

Palavras-chave: Doutorado. Igualdade Racial. Mestrado. Negro.

^IUniversidade de Toronto Scarborough, Ontário, Canadá. E-mail: piata_bio@yahoo.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3820-4765>

^{II}Universidade de California Riverside, Califórnia, Estados Unidos da América. E-mail: piata_bio@yahoo.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3820-4765>

^{III}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mariannebello@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-0990-4431>

^{IV}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: liscustodio@ime.uerj.br  <https://orcid.org/0000-0002-4570-5659>

^VFSC International, Bonn, Alemanha. E-mail: arildodias@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-5495-3435>

^{VI}Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. E-mail: rodrigo.frcarmo@ufrpe.br  <https://orcid.org/0000-0002-0926-6740>

^{VII}Universidade de Regina, Saskatchewan, Canadá. E-mail: soares.e.bruno@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-5678-0403>

ABSTRACT

Despite the local and national laws promoting diversity in post-secondary education in Brazil, graduate programs are still dominated by privileged, white students. Discussing the inclusion of non-white people in post-secondary education remains necessary to reduce the historical inequalities by promoting anti-racist actions. In this opinion piece we expose how the requirement of English proficiency certification during the application process for graduate programs in Brazil reinforces structural racism in academia. Following that, we propose alternatives to evaluate students' knowledge of the English language that are more inclusive. We expect to draw attention from graduate program chairs and collegiate to the negative consequences that mandatory English proficiency certification has for the diversity of students in graduate programs in Brazil.

Keywords: PhD. Racial Inequality. Masters. Black.

RESUMEN

Los estudios de posgrado en Brasil son históricamente reconocidos como un espacio de conocimiento dominado por estratos sociales de población privilegiada, en su mayoría blanca, incluso después de la implementación de políticas de acción afirmativa a nivel nacional. El debate sobre diversidad e inclusión en la educación superior sigue siendo urgente para reducir las desigualdades sociales e históricas. En esta nota, mostramos cómo la creciente demanda de certificados oficiales de dominio del inglés durante el proceso de selección de programas de posgrado en Brasil puede reforzar el racismo estructural en la comunidad académica. Con base en esta crítica, proponemos formas menos excluyentes de evaluar los conocimientos sobre lengua inglesa durante el proceso de selección de programas de posgrado.

Palabras clave: Doctorado. Igualdad Racial. Maestría. Negro.

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DO ESTUDANTE NEGRO NO BRASIL

O Brasil é o país com a maior população negra (pretos e pardos) fora do continente Africano, sendo a maioria das pessoas autodeclaradas negras (55,5% ou ≈112,7 milhões de pessoas) (IBGE, 2023). No entanto, pessoas negras permanecem sendo minoria em espaços considerados de prestígio pela sociedade brasileira. Essa falta de representatividade é resultado de processos estruturais, os quais envolvem, sobretudo, o afastamento da população negra de oportunidades de ascensão sociocultural, como o acesso à educação (Almeida, 2019). Nesse contexto, ações estratégicas que visem à reflexão sobre a exclusão social, discriminação e desigualdades étnico-raciais nas instituições de educação brasileiras são um excelente ponto de partida para a mudança desse paradigma histórico.

Em uma sociedade altamente miscigenada, o mito da democracia racial (re)afirma que existe entre brancos e negros uma situação de igualdade de oportunidades. Esse discurso mascara o racismo no Brasil e perpetua estereótipos e discriminações construídas sobre os negros (Gomes, 2005). O racismo estrutural, além de perpassar por todas as relações da sociedade, também se infiltra nas instituições independentemente de ações individuais (Almeida, 2019). Isso quer dizer que práticas institucionais pouco críticas reproduzem e reafirmam o racismo mesmo que passivamente, e isso pode incluir os espaços acadêmicos.

O ensino superior brasileiro é historicamente reduto das camadas sociais privilegiadas, aquelas com acesso ao conhecimento e ao capital cultural, majoritariamente brancas (Queiroz, 2004; Souza, 2017). Por isso, o estado da arte histórico de pesquisas sobre raça e educação no Brasil constantemente negligenciou a dimensão racial e seus efeitos nas oportunidades educacionais brasileiras (Moehlecke, 2000). Apenas no final dos anos 1970 tiveram início as produções mais sistematizadas na tentativa de estabelecer uma relação entre a cor da população e a educação (Moehlecke, 2000). Desde então, diante do entendimento da dinâmica de ingresso e permanência da população negra no ensino superior, ações afirmativas foram pensadas e implementadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), apenas 18,3% dos jovens negros de 18 a 24 anos (considerando-se homens e mulheres) ingressam no nível superior. Diante de reivindicações pelo direito à educação realizadas por movimentos sociais, destacando-se o movimento negro, as instituições públicas de ensino superior têm buscado reduzir desigualdades sociais e históricas (e.g. políticas de reserva de vagas e programas de permanência estudantil).

Os primeiros programas de reservas de vaga na graduação foram implementados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Governo Estadual do Rio de Janeiro, lei n. 3.708/2001), que foi seguida pela Universidade de Brasília em 2004. Atualmente a reserva de vagas para pessoas negras é prevista em todas as universidades federais (Governo Federal, lei n. 12.711/2012) e tem gerado uma mudança no cenário acadêmico. Em 2018, pela primeira vez pessoas negras formaram a maioria (50,3%) dos alunos no ensino superior público (Agência Brasil, 2019). Este é um marco importante na democratização do acesso à educação no país, apesar de tal avanço não ter sido dado de forma uniforme, o que pode ser observado quando analisamos os dados do estudo considerando os cursos individualmente. Deve-se notar, no entanto, que o sucesso do programa de cotas para diversificar o acesso ao ensino superior está em risco, tanto pelo baixo investimento em políticas de permanência durante o Governo Bolsonaro 2019–2022, afetando principalmente a verba para o Programa Nacional de Assistência Estudantil que disponibiliza bolsa-permanência a alunos cotistas (Flores, 2023), quanto pela morosidade em recompor as perdas desse período (Brasil de Fato, 2024).

Os resultados positivos na inclusão de negros nos cursos de graduação por meio da política de cotas nos levariam a acreditar, a princípio, que a pós-graduação também se tornou um ambiente mais diverso, mas isso não é verdade (Vieito, Munhoz e Andréa, 2018). Dados oficiais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que 70% dos alunos de pós-graduação são brancos (Santos, 2020), mesmo após a portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que incentiva a promoção de ações afirmativas na pós-graduação, incluindo reserva de vagas nos processos seletivos dos cursos de mestrado e doutorado. O baixo número de alunos negros sendo formados pode ajudar a explicar o número extremamente baixo de docentes negros nas universidades públicas brasileiras, especialmente nas áreas ligadas às ciências exatas e da natureza (Morcelle, Freitas e Ludwig, 2019). Então, a pergunta que fica é: quais fatores têm impedido o ingresso e permanência de alunos negros nos cursos de pós-graduação no Brasil? Nesta nota exploramos um processo que acreditamos ser uma barreira: a exigência de proficiência em língua inglesa no ingresso à pós-graduação.

UM PROCESSO DE EXCLUSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA?

Mesmo depois de seis anos de instituída a portaria normativa do Ministério da Educação — MEC (portaria nº 13, promulgada em maio de 2016) que incentiva políticas de ação afirmativa nas pós-graduações, muitos programas ainda resistem em tomar medidas eficientes de inclusão, como a reserva de vagas, ou adotam práticas que aprofundam a desigualdade racial. Um exemplo é a exigência de certificado de proficiência em inglês como parte eliminatória ou classificatória do processo seletivo para acesso à pós-graduação. Esse procedimento tem sido adotado recentemente

por programas de pós-graduação bem conhecidos, como o Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGECS/NUTES/UFRJ) e o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGEP/UFSC), entre outros. Quando não requerido durante o processo seletivo, o certificado de proficiência em inglês confere pontos extras durante o processo seletivo em alguns casos, como no Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal da Universidade Federal de Pernambuco (PPGBV). Abaixo exploramos como a exigência de certificados de proficiência em inglês desfavorece a inclusão de pessoas negras e pardas nos cursos de pós-graduação.

A certificação de proficiência em língua inglesa por meio de testes padronizados tem custo impeditivo para alunos de baixa renda, em sua maioria negros. Testes internacionais como o *International English Language Testing System* (IELTS), *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL) e *Cambridge English Proficiency* (CPE) são aplicados por agências internacionais, que cobram valores em dólar. Por exemplo, o TOEFL/IBT custa USD\$ 215, o que seria equivalente a aproximadamente R\$ 1.106,76 reais na cotação atual (setembro/2022), valor correspondente a 91,3% do salário-mínimo vigente no Brasil (R\$ 1.212). Outros testes, como o Teste Acadêmico de Proficiência em Idiomas (TAPI) e aqueles emitidos por instituições de ensino superior federais ou estaduais, mesmo que de procedência nacional, ainda têm um alto custo quando comparados ao salário-mínimo.

Políticas públicas de facilitação de acesso aos testes de proficiência e ao aprendizado de línguas estrangeiras nas universidades federais foram encerradas durante o Governo Bolsonaro. Em 2012, o governo federal lançou o programa Inglês Sem Fronteiras e, em 2014, o programa Idiomas Sem Fronteiras, que facilitaram a preparação dos alunos de instituições públicas federais para realizar testes de proficiência e para participar de cursos preparatórios de línguas, programas responsáveis pela consolidação de um programa de internacionalização da universidade brasileira (Archanjo, 2017). Tendo em vista que tais programas foram essenciais para ampliar a internacionalização da universidade brasileira por meio da redução da baixa proficiência em inglês e outros idiomas (Finardi e Archanjo, 2018), a sua descontinuação põe em risco tanto esse projeto de internacionalização quanto um projeto de equidade de acesso à educação na língua inglesa.

Existe também uma disparidade no acesso ao estudo da língua inglesa entre alunos de classes sociais privilegiadas e alunos de baixa renda, em sua maioria negros. A partir de 2020, o inglês tornou-se a única língua estrangeira de ensino obrigatório, compondo o currículo escolar a partir dos anos finais do ensino fundamental, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, fatores como carga horária reduzida, educadores sem qualificação específica e falta de recursos didáticos apropriados fazem com que as escolas não formem cidadãos fluentes na língua inglesa (Ferreira e Mozzillo, 2020). Entretanto, se ao longo da formação escolar o inglês é desvalorizado, no ensino superior o domínio da língua inglesa é considerado uma habilidade necessária e pré-requisito para acesso em programas de pós-graduação (Amorim e Finardi, 2017).

Somente 5,1% dos brasileiros acima de 16 anos possuem algum conhecimento de inglês (British Council, 2014). Considerando-se a defasagem do ensino público, alunos de baixa renda não têm condições socioeconômicas favoráveis para fazer cursos de idiomas em longo prazo a fim de alcançar essa proficiência. É notório que os testes de proficiência em inglês exigem um conhecimento muito avançado da língua em todos os aspectos (leitura, escrita, conversação). Sendo assim, exigir um conhecimento avançado da língua inglesa ignora tais desigualdades, o que, já desde o processo seletivo, desfavorece candidatos de baixa renda no acesso à pós-graduação. Essa prática excludente preocupa os autores desta nota e seus apoiadores (Anexo 1), pois está na contramão da portaria normativa do MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, e dos recentes avanços da comunidade internacional para a promoção da diversidade, da inclusão e da equidade na ciência (Miriti, 2020).

A exigência de alto nível de proficiência em língua inglesa tem por objetivo último fazer com que o programa de pós-graduação obtenha boa nota no quesito internacionalização da avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Uma nota alta garante uma maior quantidade de recursos para o funcionamento do programa de pós-graduação, incluindo quantidade de bolsas e recursos financeiros para a execução de projetos (Horta e Moraes, 2005). Essa proposta de internacionalização da pós-graduação é uma resposta aos desafios interpostos pela globalização da economia e do conhecimento (Araújo e Fernandes, 2021). No escopo da avaliação quadrienal CAPES, a internacionalização inclui não apenas a produção bibliográfica dos alunos em periódicos internacionais, mas também intercâmbios acadêmicos, programas de colaboração bilateral, participação em eventos internacionais, entre outros (Horta e Moraes, 2005). Logo, a exigência de alto nível de proficiência na língua inglesa durante processo seletivo não garante necessariamente a efetiva internacionalização do programa de pós-graduação.

São também fundamentais os investimentos para a promoção de projetos de colaboração internacional e participação em eventos em países não anglófonos, já que o quesito internacionalização não se resume à colaboração com países anglófonos. Ainda, a ciência tem passado por um processo de repensar e reformular suas práticas coloniais, criando assim uma ciência contracolonial, em que a produção científica em outras línguas além do inglês tem sido valorizada, bem como perspectivas de práticas científicas para além daquela pensada no Norte Global (Márquez e Porras, 2020). Diante disso, é necessário desonerar os candidatos aos cursos de pós-graduação da responsabilidade de obter alto nível de proficiência em língua inglesa, principalmente dado o cenário desigual de acesso ao aprendizado dessa língua e a pouca compatibilidade entre o nível de habilidade exigida nos testes de proficiência e o nível de inglês necessário para um aluno de pós-graduação.

As pós-graduações no Brasil estão inseridas em uma sociedade estruturada no racismo e, sem práticas críticas, também o reproduzem. Neste contexto, os cursos de pós-graduação, como espaços de construção do conhecimento, devem ser lugares de práticas críticas que ajudem no combate ao racismo e promoção da diversidade. Abaixo, discutimos algumas alternativas à exigência de certificados de proficiência em inglês que podem tornar o acesso à pós-graduação menos excludente.

A adoção de uma prova de inglês instrumental durante o processo seletivo pode ser a forma menos excludente. Essa é uma das formas mais comuns entre os cursos de pós-graduação no Brasil. A prova geralmente é elaborada pelos discentes associados ao programa de pós-graduação e tem por objetivo assegurar que os candidatos tenham conhecimento de inglês suficiente para ler e interpretar artigos científicos. Após a aprovação, alguns programas oferecem disciplinas de inglês instrumental para aprofundar o conhecimento da língua, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal da Universidade Federal de Viçosa (PPGBA/UFV). Ainda muitas universidades dispõem de centros de estudos de línguas estrangeiras, nos quais podem ser oferecidas disciplinas de inglês para os estudantes de pós-graduação e, também, para os estudantes de graduação que, posteriormente, estarão se preparando para ingressar em uma pós-graduação. Esse tipo de proposta permite que o aluno aprofunde seu conhecimento na língua inglesa durante o curso da pós-graduação, o que dá oportunidade aos alunos negros que, em muitos casos, não tiveram acesso ao estudo da língua.

Outra possível direção é a inclusão da língua inglesa como uma das disciplinas oferecidas nas escolas de verão. Muitos programas de pós-graduação, como os dos institutos de matemática da Universidade Federal Fluminense (IME/UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IM/UFRJ), realizam nos meses de janeiro e fevereiro eventos nos quais são oferecidas disciplinas, minicursos e *workshops* de tópicos relacionados ao programa para alunos de graduação, de forma que o desempenho do aluno nas disciplinas oferecidas é utilizado como um dos critérios para a sua aceitação no programa de pós-graduação. Incluir a língua inglesa como uma dessas disciplinas

forneceria aos alunos noções básicas de inglês importantes para a compreensão de textos científicos antes mesmo do processo seletivo para a pós-graduação.

Ainda, alguns cursos de pós-graduação permitem que os alunos façam uma prova de inglês ou apresentem o comprovante de conhecimento de língua estrangeira após a aprovação no processo seletivo. Em alguns casos, mesmo após a reprovação na prova de inglês, é garantida aos alunos a aplicação de uma segunda prova em data futura, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEE/UERJ). Esse tempo é fundamental para os recém-ingressos alcançarem, por meio da prática, o nível de inglês necessário para a leitura e interpretação de textos acadêmicos.

De forma geral, considerando-se que o conhecimento de inglês é fundamental para a pós-graduação e que a graduação é a etapa formativa que abre as portas para que os estudantes construam os conhecimentos específicos e habilidades gerais de dada profissão e para a pós-graduação, acreditamos que, necessariamente, a graduação precisa dar conta de tornar o ensino do inglês parte do seu currículo. Assim, é possível pensar um currículo integralizado com o ensino de inglês, que possibilite aos estudantes o desenvolvimento da proficiência na língua concomitante à formação específica. O retorno e ampliação de programas federais como o Inglês Sem Fronteiras e Idiomas Sem Fronteiras, ambos descontinuados no Governo Bolsonaro, também se apresentam como um caminho importante para avançar um projeto de aprendizado de língua estrangeira na graduação e pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta nota propomos uma reflexão sobre as consequências que a adoção de certificado de proficiência em língua inglesa como exigência no processo seletivo tem para a diversidade racial de estudantes nos cursos de pós-graduação. Ao utilizar certificados de proficiência em língua estrangeira como critério de seleção, os programas de pós-graduação atuam de forma imparcial, reforçando o racismo estrutural que é característico da sociedade brasileira. Ao proceder dessa forma, favorecem os estudantes com maior poder aquisitivo, em sua maioria brancos, e que têm condições de ter acesso ao ensino contínuo da língua inglesa. Convocamos os coordenadores de cursos de pós-graduação no Brasil e seus colegiados a mudarem essa lógica elitista e racista. Apontamos aqui um conjunto de propostas que podem ser implementadas para que o conhecimento de língua inglesa deixe de ser uma barreira para o acesso de alunos negros e de baixa renda aos cursos de pós-graduação. Fazemos isso reconhecendo a importância da língua inglesa para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. Contudo, estamos certos de que a necessidade de conhecimento de língua inglesa não pode ser mais um mecanismo de exclusão que reforça o racismo na academia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 614-632, dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300003>

ARAÚJO, Alda Castro; FERNANDES, Larissa. Internacionalização e pós-graduação: a política de editais da Capes (2005-2018). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, n. 2, p. 587-605, maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000200013>

ARCHANJO, Renata. Moving globally to transform locally? Academic mobility and language policy in Brazil. **Language Policy**, v. 16, n. 3, p. 291-312, ago. 2017. <https://doi.org/10.1007/s10993-016-9408-0>

BRASIL DE FATO. **Orçamento de universidades ainda não cobre perdas ocorridas nos governos Temer e Bolsonaro**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/10/orcamento-de-universidades-ainda-nao-cobre-perdas-ocorridas-nos-governos-temer-e-bolsonaro>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRITISH COUNCIL. **Demandas de aprendizagem de inglês no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Data Popular, 2014.

FERREIRA, Renan Castro; MOZZILLO, Isabella. A língua inglesa no Brasil como o mercado quer: necessária, mas inalcançável. **Travessias Interativas**, n. 22, p. 138-150, dez. 2020. <https://doi.org/10.51951/ti.v10i22>

FINARDI, Kyria; ARCHANJO, Renata. Washback effects of the science without borders, english without borders and language without borders programs in Brazilian language policies and rights. In: SIINER, Maarja; HULT, Francis M.; KUPISCH, Tanja. (eds.). **Language Policy and Language Acquisition Planning**. Language Policy. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 173-185. https://doi.org/10.1007/978-3-319-75963-0_10

FLORES, Jessica Froehlich. **O impacto dos cortes orçamentários sobre a manutenção da política de assistência estudantil na UFRGS**. 2023. 98f. Monografia (Bacharel em Administração Pública e Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (ed.). **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal no 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 39-62.

GOVERNO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001**. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do rio de janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-3708-2001-rio-de-janeiro-institui-cota-de-ate>. Acesso em: 8 set. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12711&ano=2012&ato=5dcUTRq1kMVpWT502>. Acesso em: 8 set. 2025.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 95-116, dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MÁRQUEZ, Melissa C.; PORRAS, Ana Maria. Science Communication in multiple languages is critical to its effectiveness. **Frontiers in Communication**, v. 5, 2020. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2020.00031>

MIRITI, Maria N. The elephant in the room: race and STEM diversity. **BioScience**, v. 70, n. 3, p. 237-242, mar. 2020. <https://doi.org/10.1093/biosci/biz167>

MOEHLECKE, Sabrina. **Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior**. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MORCELLE, Viviane; FREITAS, G.; LUDWIG, Zélia Maria Da Costa. From School to University: An Overview on STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) Gender in Brazil. **Quarks: Brazilian Electronic Journal of Physics, Chemistry and Materials Science**, v. 1, n. 1, p. 40-52, set. 2019. <https://doi.org/10.34019/2674-9688.2019.v1.28228>

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O negro e a universidade brasileira. **HAOL**, n. 3, p. 10, 2004.

SANTOS, Robson. **Paradoxo na ciência: negros e mulheres inovam, mas são raros na academia**. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/09/16/paradoxo-na-ciencia-inovadores-negros-e-mulheres-sao-raros-na-academica.htm>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. [S.l.]: LEYA, 2017.

VIEITO, Ana Carolina Esposito; MUNHOZ, Danielle Duarte; ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro. Elites e poder no campo científico: a questão das cotas para negros na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 19, n. 1, p. 35-41, ago. 2018.

Como citar este artigo: MARQUES, Piatã Santana; BELLO, Marianne da Silva; CUSTÓDIO, Lis Ingrid Roque Lopes; DIAS, Arildo de Souza; CARMO, Rodrigo Felipe Rodrigues do; SOARES, Bruno Eleres. Certificados de proficiência em língua inglesa podem ser uma barreira para pretos e pardos acessarem a pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300108, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300108>

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não possuem nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuição dos autores: Concepção, Escrita – Primeira Redação: Marques, P.; Bello, M. Investigação, Escrita – Revisão e Edição: Custódio, L.; Dias, A.; Carmo, R.F.R.; Soares, B.E.

Declaração de disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

SOBRE OS AUTORES

PIATÃ SANTANA MARQUES é doutor em biologia pela University of Victoria (Canadá). Atua como pesquisador de pós doutorado na University of Toronto Scarborough (Canada) e como pesquisador assistente na University of California Riverside (USA). Membro da Iniciativa Odu.

MARIANNE DA SILVA BELLO é doutoranda em ecologia e evolução pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Iniciativa Odu.

LIS INGRID ROQUE LOPES CUSTÓDIO é doutora em matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Iniciativa Odu.

ARILDO DE SOUZA DIAS é doutor em biologia vegetal pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). FSC International. Membro da Iniciativa Odu.

RODRIGO FELIPE RODRIGUES DO CARMO é doutor em biologia animal pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do Departamento de Biologia, área de ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Membro da Iniciativa Odu.

BRUNO ELERES SOARES é doutor em ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador e professor adjunto na University of Regina (Canadá) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Iniciativa Odu.

Recebido em 24 de junho de 2023

Revisado em 20 de julho de 2024

Aprovado em 19 de agosto de 2024

Editor/a responsável: Maria Alfredo Moreira  <https://orcid.org/0000-0002-0699-1197>

Anexo 1 – Abaixo-assinado de suporte à crítica dos autores. O formulário original pode ser encontrado aqui: <https://docs.google.com/forms/d/1D5rMPq4QNLdq6w90FrVOU61T2ZM6Un0V5fSO2NEBJq8/edit?pli=1>. Em que “NI” indica que a informação não foi informada.

Nome completo	Instituição
Abelardo Abramovitz Vieira	Universidade de São Paulo (USP)
Alessandra Lonardoní	Universidade Federal do ABC (UFABC)
Alexandre Augusto dos Santos	Universidade de São Paulo (USP)
Aline Richter	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Amanda Costa dos Santos de Albuquerque	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Amanda Vaccani do Carmo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Ana Beatriz Marinho de Souza	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Ana Carolina Lacerda de Matos	Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Ana Clara Sampaio Franco	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)
Ana Claudia de Almeida	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Ana Claudia Sanches Baptista	Universidade de São Paulo (USP)
Ana Paula Silva	Universidade de São Paulo (USP)
Andre Luiz Netto Ferreira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Armando Maciel Toda	Universidade de São Paulo (USP)
Arthur Vinicius Rodrigues	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Ayana Kissi Meira de Medeiros	Universidade de São Paulo (USP)
Beatriz Cristina Antunes Silva	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Beatriz Mágná de Oliveira Sant’ana	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Beatriz Marinho Hormanseder	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Beatriz Moreira Ferreira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Bruno Henrique Pimentel Rosado	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Bruno Vilson Leal Siqueira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Caren Queiroz Souza	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Carlos Alberto Bessa Menezes	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Carlos Andrés Ordóñez Parra	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Carlos Henrique Pacheco da Luz Barbosa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Carolina Vanetti Ansani	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Caroline Norén Flynn	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Caroline Pires Carvalho	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Cassio Jones de Oliveira Mendes	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Continua...

Anexo 1 – Continuação.

Nome completo	Instituição
Christiane Mazzotta	Universidade de São Paulo (USP)
Cintia Gomes de Freitas	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)
Clarisse Mendes Eleres de Figueiredo	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Cristina Baldauf	Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA)
Daniel dos Santos	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Daniel Ferreira Ceroula	Universidade Federal do ABC (UFABC)
Daniela Silva Costa Campos	Universidade de São Paulo (USP)
Danilo Brito Steckelberg	Universidade de São Paulo (USP)
Darlane Doris Carvalho Reis	Instituto Federal do Pará (IFPA)
Edfranklin Moreira da Silva	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Edú Baptista Guerra	University of Washington
Eduardo Schmidt Eler	Universidade Anhembi Morumbi
Eliakim Ferreira Oliveira	NI
Emanuel Teixeira da Silva	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Felipe de Souza Pinto	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Fellipe Matheus Bernardino Pereira	NI
Fernanda de Carvalho Motta	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Fernando Costa Coletinha	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG)
Fernando Geraldo de Carvalho	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Fernando Itacolomy de Faria Junior	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Flávio Henrique sardinha da Rocha	NI
Francesca Belem Lopes Palmeira	RLadies Ribeirão Preto
Gabriel da Cruz Depiantti	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
Gabriel Salles Masseli	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Gabriel Wolfsdorf	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Georgette Paola Ancajima Alcalde	Museu de Zoologia da USP
Geórgia Raisal Ramos Albuquerque	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Giovanna Correia Giffoni Hygino	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Gleycon Velozo da Silva	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Guilherme Maricato	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Gustavo Ceneviva Zuccolotto	Universidade de São Paulo (USP)
Gustavo Dias da Silva Lima	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Continua...

Anexo 1 – Continuação.

Nome completo	Instituição
Helena Roland Rodrigues Lima	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Henrique Araujo Aragusuku	Universidade de São Paulo (USP)
Hiero Saraiva Boner	Centro Federal de Educação e Tecnologia Celso Suckow (CEFET)
Igor Cavalcanti de Araújo Souto Santos	Museu Nacional (MN/RJ)
Igor da Silva Moreira	Faculdade de Tecnologia da Zona Leste
Igor Thiago Silva de Sousa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Isadora Toledo de Almeida	Universidade de São Paulo (USP)
Israel de Sá Maciel	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Izabella Aparecida Sanches	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Jean de Sousa Pinto	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Jean Nascimento dos Anjos	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Jeferson Ribeiro Amaral	Cornell University
Jéssica Duquini dos Santos	Universidade de São Paulo (USP)
Jéssica Luna Camico	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
João Carlos Moreno de Sousa	Universidade de São Paulo (USP)
João Vitor de Mello Assis	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Joice Silva de Souza	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
José Celso de Oliveira Malta	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Julia Alves Carlos	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Julia Lídia Luiz Cerqueira	Escola Estadual Mario Joaquim
Julia Oliveira de Melo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Julimaria Silva dos Santos	NI
Jussara Santos Dayrell	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Jussiara Candeira Spindola Linhares	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Karina Ferreira Santos Silva	NI
Karoline Esthefane Francelino Lacerda	NI
Katemari Rosa	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Kauan Nunes Fonseca	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Laise Reis Silva Guedes	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Larissa Centofanti Lemos	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Larissa Iaiane dos Santos Queiroz	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Laura Furquim	Universidade de São Paulo (USP)

Continua...

Anexo 1 – Continuação.

Nome completo	Instituição
Léa Tosold	Universidade Livre de Berlim
Levi Fernando Lopes Vieira Pinto	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Livia Scienza	Universidade Federal de São Carlos (UFScar)
Lourival Aguiar Teixeira Custódio	Universidade de São Paulo (USP)
Luah Souza	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Luan Estevão dos Santos	Universidade de Mogi das Cruzes
Lucas Ferreira Colares	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Luciana Ardenghi Fusinatto	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Luciana Lameira dos Santos	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Lucilene Mizue Hidaka	Universidade de São Paulo (USP)
Lucy Gomes de Souza	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Luis Felipe Ribeiro Chaves	Universidade de São Paulo (USP)
Luísa Genes	Stanford University
Luisa Maria Diele Viegas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Luisa Resende Manna	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Maíra de Campos Gorgulho Padgurschi	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Márcia Custódia Pereira	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Maria das Graças Silva de Brito	Faculdade Batista Brasileira (FBB)
Maria Silvina Bevilacqua	NI
Marilia Palumbo Gaiarsa	Universidade de Zurique
Marlon Quintão Rufato	Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Mateus Jurkovski	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Matheus Guarizo dos Santos	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Midian Ágata Sabino Rodrigues	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Milena Gonçalves da Silva	Universidade Federal do Ceará (UFC)
Milena Silva Santos	Universidade de São Paulo (USP)
Monica Correa de Sousa	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Murilo Cruciol Barbosa	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Nádia Carrasco Pagnossi	Universidade de São Paulo (USP)
Naraiana Loureiro Benone	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Nathália Susin Streher	University of Pittsburgh
Nelma Pereira da Silva	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Continua...

Anexo 1 – Continuação.

Nome completo	Instituição
Nigel Charles Andrew Pitman	Field Museum of Natural History
Paula Costa Montenegro Guimarães	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
Paula Eveline Ribeiro Anunciação	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN/ICMBio)
Paulo Inácio de Knecht López de Prado	Universidade de São Paulo (USP)
Pedro Ciarlini Junger Soares	Universidade Federal de São Carlos (UFScar)
Pedro Henrique Marinho Nunes	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Pedro Luis Barbosa de Almeida	Universidade de São Paulo (USP)
Quezia de Melo Ramalho da Silva	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rafael Magalhães Rabelo	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Rafael Pereira da Silva	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Raiane dos Santos Guidi	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Raoni Lorizolla Cordeiro	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Raquel Mattos Gonçalves da Costa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Renata Gois de Mello	Universidade de São Paulo (USP)
Renato da Silva Cardoso	Universidade de São Paulo (USP)
Renato Ramos da Silva	Universidade de São Paulo (USP)
Rhaysa Terezinha Gonzaga	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Richard Bittencourt	University of Limerick
Roberto de Carvalho Guimarães	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rodrigo Dorta Marques	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Rodrigo Hipólito Tardin Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Romullo Guimarães de Sá Ferreira Lima	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Sarah de Castro Ribeiro Nhambiquara	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Sérgio Mendonça Benedito	Universidade de São Paulo (USP)
Sidney Santos Pereira	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Stefanie Maria Braga Abbondanza	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Tadeu Siqueira	Universidade do Estado de São Paulo (UNESP)
Tamiris Duarte	NI
Tauana Parreiras	Universidade de Brasília (UnB)
Thais Queiroz Morcatty	Oxford Brookes University
Thayná Stelma Barros Rangel	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Thiago Henrique Alves Gomes Freire	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Continua...

Anexo 1 – Continuação.

Nome completo	Instituição
Ubiracy Rodrigues Soares	Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Vanessa Kelly da Silva Lage	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Wagner Magalhães	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Washington Luan Gonçalves de Oliveira	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Wellington Donizet Ferreira	Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Willams Oliveira	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Yan Cezar de Sousa Moraes	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Yane Beatriz Quaresma de Oliveira	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)